

A peste moderna no concelho da Torre de Moncorvo

A redistribuição do repovoamento medieval A ação preventiva do alcaide-mor A Senhora da Teixeira

Ernesto Albino Vaz¹

(...) Os historiadores do Renascimento prestaram à ciência histórica serviços eminentes: começaram por eliminar-lhe os mitos e as lendas (...)
(Jacques Le Goff, 1984, 226)

Resumo: Em 1498, a peste moderna atacou no termo da vila da Torre de Moncorvo. Mas o alcaide-mor já a esperava. Preparado para combatê-la. A vila não podia ser tomada de assalto, surpreendendo os moradores. Fernando Vaz de Sampaio, perspicaz e previdente, antevendo por onde atacaria o flagelo, concebera um plano eficaz. Um inimigo tão letal e contagioso tinha de ser travado longe das portas da vila. O alcaide agia sozinho, sem dar conhecimento às autoridades civis do concelho. A má nova, caindo na rua, precipitava a explosão do pânico na cerca e no arrabalde. Um princípio de causalidade a evitar, a todo custo. Mas, se as providências do astuto alcaide pouparam a vila a uma hecatombe demográfica, não conseguiram evitar a demolição de 50% das aldeias do termo.

1. A Peste Negra: do Oriente para o Ocidente

A Peste Negra chegou do Oriente no bojo de um intensíssimo tráfego caravaneiro, com destino aos entrepostos de Caffa, Constantinopla e Trebizonda, no Mar Negro, principais escoadouros da seda, e de Alexandria, Antioquia, e Famagoste, no Mediterrâneo Oriental, os terminais das especiarias (Le Goff, 1994, II, VIII). Nestes portos, era feito o transbordo mercantil, das corcovas dos camelos, para as poderosíssimas frotas mercantis de Génova, Pisa e Veneza. Barcos que regressavam a Itália de porões cheios. E não só das cobiçadas especiarias orientais e da seda. Com estes bens, de consumo sofisticado, desembarcava também uma passageira, que viajara oculta: a Peste Negra. Aquelas três cidades, ao constituírem a geografia da distribuição das especiarias asiáticas por toda a Europa nos finais do século XIII, foram também os centros difusores da grande pestilência no Ocidente – a maior catástrofe, conhecida, da História. No Outono de 1348, a Peste Negra já varre todo o território português. Quase dois séculos depois, no início da Idade Moderna, as pandemias, iniciadas naquele ano, continuavam a devastar o País, agora na ponta sudeste de Trás-os-Montes, como vamos mostrar neste texto.

¹ Arqueólogo. Investigador da História local e regional.

1. Procurando sinais pestíferos medievais no termo da Torre de Moncorvo

1.1. A carta de D. Afonso IV de 1350

Não conhecemos uma única referência directa à Peste Negra no concelho da Torre de Moncorvo. É verdade que existe no seu arquivo municipal, datada de 26 de Julho de 1350, uma carta de D. Afonso IV (Carqueja, 1955, 22-24), respeitante à *pestelença*, como era também designada a Peste Negra. O caso, tratado na epístola régia, era este: *os juizes, vereadores e homens bons dos vários concelhos de aquem dos montes* (Trás-os-Montes) tinham alertado o monarca para a grande transferência patrimonial, então em curso. O espectro da morte próxima dos potenciais infectados aterrava-os. Assegurar a paz da alma, *in articulo mortis*, a caminho da vida eterna, requeria mais do que a contrição própria. Exigia a intervenção, *pro anima*, de igrejas e conventos – os mediadores entre os homens e Jesus Cristo. Num contexto de morte iminente, que muitos viam como castigo de Deus, aquelas duas estruturas religiosas eram as grandes beneficiárias de catadupas de testamentos. Acumulando vasto património, enriqueciam com a peste. Mas recusavam-se a assumir os encargos inerentes aos bens herdados. Esta negação trazia elevados prejuízos aos concelhos e à Coroa. Neste diploma, o rei transferia, para os herdeiros, as obrigações fiscais vinculadas ao património recebido. As igrejas e mosteiros, herdando os bens das vítimas da pandemia, tinham de herdar também os respectivos encargos. Os legados não vinham limpos. Com eles vinham também as *fyntas e as talhas dos concelhos* e o orçamento *do serviço de caballos e d'armas do Rei* – o exército – tudo pago, sem evasivas, pelos antigos proprietários, *ante pestis*.

Esta carta régia, emitida dois anos após o início da flagelação pestífera de 1348, mostra-nos um monarca atento e decidido, armando juridicamente os concelhos, já fustigados, para exigirem dos herdeiros a assunção dos encargos inerentes aos bens dos testadores. Quanto aos outros concelhos, como era o caso da Torre de Moncorvo, ficavam a conhecer, antecipadamente, os procedimentos fiscais a aplicar aos herdeiros, civis ou religiosos, dos legados das vítimas da peste, caso esta explodisse na vila e no termo.

1.2. A carta de D. Fernando de 1376

Na carta deste ano, endereçada por D. Fernando a João Rodrigues Porto Carreiro, meirinho-mor da Comarca de Trás-os-Montes, o rei informa este magistrado das impressões colhidas pelo seu ouvidor Diogo Gil, durante a visita efectuada à vila da Torre de Moncorvo: [o ouvidor] *viu que a dita vila era grande e bem povoada e de boas gentes* (Alves, 2000, IV, 282 e *sublinhados nossos*). Vinte e oito anos após a primeira vaga da Peste Negra – e a mais letal – a vila estava *bem povoada*, e sadia (*boas gentes*). A pandemia ainda não tinha chegado à Torre de Moncorvo. Na carta, do ano seguinte (1377), dirigida ao mesmo magistrado, D. Fernando dá-lhe conta de que o concelho e os homens bons de Bragança lhe transmitiram que *antes da pestilência primeira havia da dita vila muitos homens de cavalo e a pé e que agora não havia aí a sexta parte por razão da pestilência segunda*, [sendo] a *dita vila despovoada* (*ibidem*, III, 135-136 e *sublinhados nossos*). Ou seja, em 1377, Bragança já tinha sido devastada por dois ferozes surtos de peste, encontrando-se despovoada. Comparem-se as duas vilas quanto aos primeiros embates pestíferos: enquanto a Torre de Moncorvo ainda não tinha sido flagelada, Bragança estava erma. Do número dos seus moradores, anterior ao primeiro assalto da Peste Negra, só um sexto resistira.

1.3. Outra documentação

Entre a data da carta do Formoso de 1376 e o final do reinado de D. Afonso V em 1481, a documentação vai reflectindo um plano inclinado de penúria demográfica, na cerca da vila, a favor do crescimento populacional do arrabalde, como indicia o documento de 20 de Novembro de 1379 (*idem*, IV, 284/5). Ao longo dos setenta e sete anos seguintes, este desequilíbrio demográfico vai acentuar-se porque, em 1456, refere-se que a *vila se despovora em cada dia e per tal guisa que já em ella nom vivem a quarta parte de gemte e as casas sam todas derribadas e destroydas* (*ibidem*, 299)².

2. O texto grafa vila. Mas o sentido, que vem de trás, diz-nos que o que estava em causa era a cerca.

Relativamente ao campo, também há sinais de que, durante a segunda metade de quatrocentos, faltavam braços na sementeira dos cereais. Mas abundavam na cultura do linho: *na Ribeira da Vilarça, os homens lavram muytos linhos alcânaves aalem do razoado em tall guisa que per aazo do dito linho lavrarem tanto veem a adoecer e morrem amte tempo. Outrossy per este aazo do dito linho leixam morrer as vinhas e leixam de lavar ho pam e a terra vay-se a monte* (*ibidem*, 292).

Mas alguma documentação desmente a falta de gente no mesmo período de tempo. No fim de Dezembro de 1395, D. João I estava na Torre de Moncorvo, onde confirmou todos os usos e costumes da vila de Rebordãos³, no penúltimo dia daquele ano. Passando o Ano Novo com os moncorvenses, só chega a Bragança a 19 de Janeiro do ano seguinte (Moreno, 1988, 63-65). E, como sabemos, estas viagens dos monarcas eram afinadas temporalmente pela ausência das pestilências nos locais a visitar. Donde, nesta data, a Torre de Moncorvo estava fora dos anos pestíferos. Tal como Bragança, também então num intervalo da flagelação pandémica, que havia de regressar em força em 1437-1441 (Marques, 1988, 277).

Na sentença de D. Afonso V, de 6 de Junho de 1463, sobre a recorrente questão do lugar onde se deveria realizar o mercado da vila, se no interior da cerca, se no arrabalde, o rei profere uma sentença salomónica, *determinando que o dito mercado se realize ora fora, ora dentro*⁴ (Fernandes, 1996, 94.)

3. Completavam-se então 33 anos de refúgio dos moradores da Vila de Rebordãos na cumeada da Serra da Nogueira, para onde tinham fugido em 1362, para escaparem à peste (Vaz, 2018, Academia Edu).

4. Vale a pena transcrever os considerandos da sentença de D. Afonso V porque nos mostram a Vila da Torre de Moncorvo como uma comunidade dinâmica, que foi capaz, em tempos de pestilências devastadoras nos concelhos circunvizinhos, de conceber com grande mestria um urbanismo e uma arquitectura de vistas largas, em plena Idade Média. Ora apreciemos a nova praça porticada da vila, construída sobre os escombros das guerras fernandinas de 1381/2, ocorridas 82 anos antes (*vide nota 5*): (...) *no dicto arrabalde estavam feitas muito boas casas e alpendres e grande chafariz para reparo dos dictos mercadores. E como foram feitas de prazer e consentimento de todos os moradores, assim do arrabalde como da cerca*. (...); [e, por outro lado, como] *as ruas do dicto castelo e cerca são muito estreitas e sem praça e casas sem alpendres, determino que o dito mercado se realize ora fora, ora dentro* (*ibidem*). Estava lá tudo: alpendres justapostos para protecção de mercadorias e dos feirantes;

Concluindo: em 1376, a vila da Torre de Moncorvo gozava de boa saúde demográfica. Segundo o *Formoso*, *a vila era grande e bem povoada e de boas gentes*. E, embora em 1456 se refira que *a vila se despovora em cada dia e per tal guisa que já em ella nom vivem a quarta parte de gemte e as casas sam todas derribadas e destroydas*, acabamos de ver que, enquanto a esta penúria de moradores grassava na cerca, estava a levantar-se um concorrido e animado *arrabalde* [com] *boas casas e alpendres e grande chafariz*. Ou seja, a vila de Moncorvo não tinha falta de moradores e até crescia no arrabalde.

Já a penúria de lavradores – *que per este aazo do dito linho leixam morrer as vinhas e leixam de lavar ho pam e a terra vay-se a monte* – pode reflectir carência de braços para jungir os bois de arado nas lides outonais das sementeiras. Atenta a importância das culturas frumentárias durante a Idade Média, que traziam o pão – a base da alimentação – à mesa das populações rurais e citadinas, o abandono das searas revelará graves privações de cereais. Em anos de crises cerealíferas, a fome invadia sempre os lares medievais. O abandono das cepas indicia também a falta de vinicultores, necessidade tanto mais expressiva quanto o vinho, conjuntamente com o pão, eram o binómio do estômago medieval. Um conjunto de sinais que apontam no sentido de o saldo fisiológico das populações rurais ainda não ter recuperado, após as guerras fernandinas de 1381-82, cujas consequências se reflectem na carta de D. Fernando, de 24 de Dezembro de 1382, parcialmente transcrita abaixo⁵. As baias do crescimento populacional na Idade Média

uma praça ampla para todos; e um grande chafariz regurgitando os fartos mananciais do Reboredo para as necessidades de um animado e ruidoso mercado; bica que também tonificava o ar dos verões escaldantes, trazendo ao centro da vila o murmúrio refrescante da água pura das levadas ribeirinhas. Ficamos igualmente a saber por que é que, ainda hoje, lá está o chafariz. Que não é o mesmo. Neste ponto, os urbanistas modernos beberam bem a herança dos seus congéneres medievais. Mas, se mantiveram o urbanismo, escapou-lhes a arquitectura: a praça perdeu a galeria porticada. E, para o sol cru e faiscante das estiagens moncorvenses, foi uma perda de monta.

5. (...) *lhes foram* [aos moradores do concelho da Torre de Moncorvo] *queimados gram parte dos aravaldes e termhos que avyam e lhes foram roubados os gaados e feitos outros grandes daphnos de que ficaram muy daphnados e defendendo eles a dita vila e poendo os corpos e averes em nosso serviço* (...). (Alves, 2000, IV, 286 e *sublinhados nossos*).

bloqueavam velozes escaladas demográficas. A taxa de morte no primeiro ano de vida, associada à da morte das parturientes, eram duas variáveis que não permitiam criar, à pressa, saldos fisiológicos positivos – diferença entre vivos e mortos. Utilizar toda a idade fértil da mulher, antecipando o casamento, era uma solução. Mas precisava de tempo para repor a sangria demográfica provocada pela guerra.

Mas a hora da devastação pestífera do concelho da Torre de Moncorvo ainda não tinha chegado. Só nos vamos encontrar com este apocalipse no capítulo seguinte. A grande pestilência estava atrasada em relação à clepsidra medieval. Só fustigaria a Torre de Moncorvo quando a Idade Moderna já despontava.

2. A peste no concelho da Torre de Moncorvo: o povoamento disperso substitui o aglomerado da Baixa Idade Média

O fim da Idade Média não fechou a porta do tempo longo das grandes pestilências, iniciadas em 1348, ano conhecido como o do primeiro embate com a terrível Peste Negra. O concelho da Torre de Moncorvo, abrigado deste flagelo durante século e meio, não vai escapar dele. Podemos datá-lo, usando o documento de 7 de Março de 1498, que transcreve os capítulos especiais apresentados pelo procurador da vila da Torre de Moncorvo às cortes de Lisboa, de 11 de Fevereiro daquele ano (Alves, *ibidem*, 303). No texto, aquele magistrado refere três aldeias – Peredo, Aios e Vale da Pia – esta última deduzida do nome do respectivo caminho, entre as que faziam parte do termo da Vila da Torre de Moncorvo. Trinta e dois anos depois, em 1530, o primeiro recenseamento do reino, mais conhecido por numeramento, omiti-as. Ou seja, Peredo, Aios e Vale da Pia estavam ermas. Não tinham moradores. Os que ali viviam em 1498 não resistiram ao surto da pandemia moderna, que atacou entre 1498 e 1530⁶. Esclarecemos que o apu-

6. Para os inícios da Idade Moderna, entre 1504 e 1506, sabemos que houve fortes hemorragias demográficas no Alentejo, sendo conhecido o surto que atacou Évora em 1505. Em Outubro deste ano, a corte, acossada, refugia-se em Almeirim (Rodrigues, *in* Mattoso, 1993, III, 216). Mas a pandemia, que devastou a Torre de Moncorvo, é anterior. Este surto já tinha colocado o alcaide-mor de sobreaviso em Fevereiro de 1498 (*vide* ponto 3.1.). E não seria possível manter escondidas as acções preventivas de Fernando Vaz de Sampaio por

ramento do número de moradores da vila e o de cada uma das aldeias conduziram a aritmética ao pormenor. Foram registados lugares onde só havia um morador. E, se aqueles três estão omissos, é porque nenhum escapara da pandemia que se abatera, tão implacável, sobre o termo da vila da Torre de Moncorvo⁷ (Freire, 1919, 255 e 256).

Mas as aldeias ermadas pela peste não foram só aquelas três. Vejamos o que nos diz a acta⁸ referente ao recenseamento da vila e termo da Torre de Moncorvo. O total de moradores, da vila e das aldeias do termo, era de 750. A estes, os recenseadores juntaram mais 6 que moravam em *quimtas e casaes*, tudo somando 756 (*ibidem*).

Estes números reflectem, no início da Idade Moderna, uma paisagem agrária onde as quintas e casais no meio do *ager*, eram uma excepção. A aglomeração era a regra geral. As povoações pontilhavam o povo-

muito tempo sem que o pânico explodisse. Logo, a peste atacou durante o ano de 1498. O documento do procurador da vila da Torre de Moncorvo foi preparado para as cortes deste ano, que começaram a 11 de Fevereiro.

7. A Vila da Torre de Moncorvo tinha 245 moradores, em 1530. E as aldeias, que passaram do umbral medieval para o da Idade Moderna, foram as seguintes, indicando-se o número de moradores de cada uma delas: *Larinho*, 44; *Felgar* 116; *Souto* [da Velha] 34; *Felgueyras*, 38; *Maçores*, 25; *Hurros*, 86; *Açoreira*, 34; *Cabeça Boa*, 31; *Cabeça de Mouro* 44; *A Orta* 45; *Estebays*, 10. Aqui estão apenas aldeias que compunham o termo medieval da Torre de Moncorvo. Ficou de fora a vila de Mós, concelho autónomo, onde viviam 54 moradores, 43 em Carviçais, 7 em Sobrados e 5 em Lamazedo. Lousa e Castedo faziam parte do concelho de Vilarinho da Castanheira. Na primeira, viviam 78 moradores e na segunda 63. Nozelos, Junqueira, Adeganha e a Cardanha pertenciam ao concelho de Alfândega da Fé, tendo, respectivamente, 8, 11, 30 e 38 moradores. Peredo não consta do numeramento de 1530 porque estava erma. Foi repovoada ainda na primeira metade do século XVI. A aldeia da Póvoa, anexa dos Estevais, ficou também omissa. Foi repovoada depois, tal como aconteceu com Peredo, já constando das Memórias Paroquiais com 25 vizinhos, em 1758. Se atentarmos no reduzido número de moradores da sede paroquial – 10 – podemos deduzir o que aconteceu à Póvoa: foi completamente aniquilada pela peste, perdendo todos os moradores.

8. A acta, com os dados do recenseamento da vila da Torre de Moncorvo e das aldeias do seu termo, foi da responsabilidade de Diogo Pires, juiz ordinário vila, Brás de Carvalhais, escrivão das sisas, Luís Freire, vereador e Gonçalo Carneiro, tabelião, e por um ou dois homens de cada lugar da vila e termo, [tendo ainda o apoio] do livro das sisas. Todos juraram pelos Santos Evangelhos. Por isso, no final, o escrivão Nicolau de Seixas, pôde sublinhar *ser verdade o que ficou escrito*. Com este crivo, com tantas verificabilidades locais, os dados da acta sobre as aldeias existentes e o número dos seus respectivos moradores tinham de estar certos.

amento, surgindo como oásis nos campos desertos, onde luziam apenas 6 *quimtas e casais*.

Consultemos agora as cartas militares 118 e 130, esta última mais densa. E o que vemos nós? Não sendo exaustivos, contámos mais de 50 quintas. As 6 de 1530 multiplicaram-se por 8. Este número quantifica bem a extensão da hecatombe demográfica que varreu o concelho da Torre de Moncorvo. Onde veio o espaço para entrar o novo povoamento disperso, que não existia em 1530? Este repovoamento de quintas isoladas⁹ só pôde instalar-se porque a peste deixou um grande vazio demográfico e espacial. A *gadanha* ceifara tanto que destróçou aldeias inteiras. Com terríveis consequências: lavradores, famílias e criados mortos. Outros em fuga. Grandes lanços da paisagem agrária em abandono completo. E par-dieiros sepultando aldeias sem ninguém. Ou seja, o número de aldeias extintas foi muito superior às 3 referidas atrás – Peredo, Aios e Vale da Pia, como já veremos.

Mas nem todas as aldeias, omissas e dadas como ermadas no recenseamento de 1530, morreram definitivamente. Peredo, que ajudara em 1366 os moradores da Torre de Moncorvo nas obras do castelo (Alves, 2000, IV 266), ressuscitou ainda na primeira metade do século XVI, passando a designar-se “Peredo dos Castelhanos”. Não existindo saldos fisiológicos positivos no concelho da Torre de Moncorvo, os novos repovoadores vieram do vizinho Reino de Castela (Baptista, 1991, 153-159).

A devastação demográfica do termo da vila da Torre de Moncorvo, nos alvares da Idade Moderna, repetiu a da Europa dos séculos XIV e XV. A grande diferença foi apenas cronológica.

A peste chegou a Moncorvo centúria e meia atrasada em relação à flagelação medieval do continente europeu. Espaço geográfico que, durante 100 anos, entre 1348, ano da chegada da Peste Negra,

9. Em 1758, apenas estavam no terreno as quintas da Terrincha, do Marmeleiro, Branca, Barreiro, Nória e Curral, a primeira pertencente à freguesia da Horta, e as outras dependentes do Larinho (Capela *et alii*, 2007, 594-595). Nos meados do século XVIII, a pressão demográfica do concelho da Torre de Moncorvo ainda não ganhara força para reocupar os termos de todas as aldeias medievais ermadas pela peste. Todas as outras quintas, algumas referidas hoje como lugares, são de fundação contemporânea, embora algumas possam ter reocupado o espaço de aldeias medievais extintas.

e meados do século seguinte, perdeu metade da sua população, passando de 70 ou 80 milhões de habitantes para 35 (Girolano, 2011, 74). Esta hemorragia demográfica *deixou inúmeras marcas, entre as quais o abandono de centenas de aldeias, como na Alemanha (Wustungen), França (villages désertes), Inglaterra (lost villages), mas também na Espanha e Itália (ibidem)*.

Este texto não tem como objectivo fazer o levantamento de todas as *lost villages* do concelho da Torre de Moncorvo, que é um trabalho que ainda está por fazer em Portugal. Mas podemos já adiantar dados sobre muitas aldeias de fundação medieval, que, tendo sido vítimas da peste, não constam do numeramento de 1530: (1) em 1200, D. Sancho I doa o reguengo de Silhade aos povoadores de Mós (Fernandes, 1996, 10); (2) Lamelas foi inquirida em 1258; duas testemunhas eram daqui: Martinho Martins e Martinho João (Alves, 2000, IV, 73); tinha 38 moradores em 1258 (*ibidem*, 78); (3) a Quinta da Terrincha, uma das mais expressivas do concelho da Torre de Moncorvo, ainda era um lugar em 1458, onde havia vários casais (Fernandes, 1996, 92); (4) a aldeia de Aios, referida em 1498 (Alves, *ibidem*, 303); (5) Vale da Pia, deduzida do respectivo caminho (*ibidem*), deu origem a duas quintas (carta militar 118); (6) Quinta de Mendel repovoada depois de 1530, tinha 7 moradores em 1706; era da freguesia da vila da Torre de Moncorvo (Costa, 1706, 427); (7) Campo de Almassa, anexa da Açoreira, repovoada depois de 1530; tinha 7 moradores em 1706 e 2 em 1758 (*ibidem* e Capela *et alii*, 579); (8) Aveleiras, referida como detentora de um emblemático chafariz em 1390 (Carqueja citada por Fernandes, *ibidem*, 71); (9) Peredo, repovoada depois de 1530; tal como a Póvoa (10). Deste número, só as duas últimas existem hoje como povoações.

Façamos agora as contas: no concelho medieval da Torre de Moncorvo, foram recenseadas 11 aldeias (*vide* nota 7) e as 10, acima referidas, estavam ermas em 1530. Ou seja, a peste provocou um rombo de cerca de 50% nas aldeias do concelho. Estes números, que ainda subirão com a contribuição da arqueologia, são já demonstrativos da profunda destruição provocada pela peste moderna. Permitem-nos também compreender a ocupação do espaço cartografado nas cartas militares 118 e 130: do povoamento me-

dieval - anterior a 1530 - onde aglomeração era a lei geral, com as aldeias surgindo como ilhas nos campos desertos (Taborda, 1987, 126) resultou uma reprodução contemporânea do *landscape* minhoto, onde uma densa rede de *casais apartados* são a nota dominante da paisagem agrária.

3. A peste poupou a vila

Do enfrentamento com peste negra de 1348 – o adversário mais feroz da Idade Média – e com os outros surtos que se seguiram ao longo das duas centúrias seguintes, até já dentro da Idade Moderna, como mostra o caso da Torre de Moncorvo, não se conhecem medidas preventivas das autoridades régias, comarcãs e concelhias, para enfrentarem o embate do homem medieval e moderno, desarmados de conhecimento médico e higiénico, com os titãs pandémicos. Não houve prevenção mas apenas reacção. Instalada a peste, fugiu-se. Abandonam-se as cidades e (...) *emparedam-se em nome da lei casas e bairros inteiros, com mortos, moribundos e são; enviam-se para os monturos e valas comuns, pais a filhos e vice-versa, e doentes ainda vivos; lincham-se peregrinos e viandantes e queimam-se judeus, todos acusados de trazerem a peste; fabrica-se, com o pus dos bubões e banha dos enforcados, venenos para matar e roubar; usam-se cadáveres de pestosos como balas biológicas¹⁰ no assalto de cidades; chama-se o Diabo e invectiva-se Deus* (M. Roque, citado por Sousa, 1993, 340). O flagelo obrigou a população europeia a refugiar-se nos campos e serras, onde resistiram muitos cidadãos (Heers, 1976, 194). Só o isolamento entreabria a porta de escapar com vida. Para revivermos estes lanços letais e dramáticos, vamos transcrever o que se passou em Chaves, vítima, tal como a Torre de Moncorvo, de um forte surto pestífero moderno, ocorrido poucos anos depois, em 1530.

A fustigação pestífera de Chaves é-nos contada pelo escrivão Nicolau de Seixas, que vimos atrás a redigir a acta do numeramento da Torre de Moncor-

10. Durante o cerco de Caffa, em 1347, na actual península da Crimeia, os mongóis catapultaram cadáveres empestados sobre os muros da cidade, infectando os habitantes sitiados, num dos primeiros casos de guerra biológica.

vo. Eis o que observou este oficial quando chegou ad *Aguas* para fazer o que já cumprira na vila do Reboredo: (...) *A vila de Chaves (...) ao presente está despovoada, não havendo aí ninguém; antes de ser a dita peste viviam na dita vila e seus arrabaldes 385 moradores; destes faleceram oitenta e os mais são fugidos (...)* (Freire, 1919, 270, e *sublinhados nossos*). Apanhado em pleno furacão pestífero em Chaves, quando fazia o seu trabalho censual ao serviço do *Piedoso*, este escrivão do numeramento de 1530, na Comarca de Trás-os-Montes, transformou-se, objectivamente, na testemunha que apanha os factos em ebulição, explodindo mesmo à frente dos olhos. Em Chaves, segundo o que ele próprio viu e escreveu, não obstante a fuga para os campos, a peste ainda ceifou mais de 20% dos moradores – cerca de 300 habitantes.

Os flavienses fugiram. Esta também foi a reacção europeia, quando a peste atacou. Não sabemos se, previamente à sua chegada, tinham sido tomadas algumas providências, depois de dois séculos de terríveis experiências pandémicas. Precauções que podiam aliviar o rasto, sempre pesado de óbitos. Impreparada e apanhada desprevenida, a vila da Torre de Moncorvo pagaria caro o embate com este adversário mortífero. Mas o alcaide Fernão Vaz de Sampaio, senhor avisado e perspicaz, não deixou que a vila fosse tomada de assalto, de surpresa, como vamos ver.

Voltemos ao texto, transcrito em baixo¹¹, e que já utilizámos para provar o apagamento das aldeias do Peredo, Aios e Vale da Pia no numeramento de 1530.

11. (...) *Outrosy senhor [dirigindo-se ao Rei D. Manuel] de tempo antigo a dicta vila [Torre de Moncorvo] tem per seu foral e outros títulos per escrituras serem defesos huum caminho que vay pellos montes da barca do Doyro que se chama o porto do Seyxo pera o Peredo somente toda besta que pela dicta barca passa venha pella estrada postar aa dicta villa e hos que per o dicto caminho defeso fossem descaminhassem; e asy descaminhassem os que forem achados andarem pella rybeira do Savor e pelo caminho de Val de Pia que sam caminhos defesos por vyrem aa dicta [villa] portar por hy pagarem vosos direitos; e como quer que o dicto Fernan Vaaz de Sam Payo alcaide moor da dicta tem e arrenda os vossos direitos reaaís da lugar e licença a alguuas pessoas que possam andar pello dicto caminho do Peredo e manda recadar a portagem na aldeia d'Aios o que he todo em deffraudamento da dicta villa e privilegios e liberdades della; pedem a Vossa Alteza que mande ao dicto Fenam Vaaz que tal licença pera passarem pelos dictos caminhos defesos nam dee sob certa pena porque he deffrauda-*

3.1. O plano do alcaide para isolar a vila da peste

O caso, levado às cortes de Lisboa de 11 de Fevereiro de 1498 pelo procurador do concelho, era este: de acordo com o foral da Torre de Moncorvo e outros títulos de escrituras [antigas], os moradores do termo só pagavam portagem à entrada da vila; se o destino não fosse este, todos os caminhos eram defesos, ficando isentos desta talha. Desde *tempo antigo*, assim acontecera sempre. Mas o alcaide Fernão Vaz de Sampaio tinha introduzido [supõe-se que recentemente] uma alteração de monta, violando o sagrado direito consuetudinário do concelho. Até ali, todos quantos viajassem pelo caminho da barca do Douro, chamado *caminho do Peredo*, só pagavam a portagem na vila; mas a decisão do alcaide obrigava-os agora a liquidar este tributo muito antes de chegarem à sede concelhia; teriam de fazê-lo na aldeia d'Aios, que viria a ser extinta pela peste. Repare-se que esta excepção abrangia exclusivamente este caminho – o *da Barca do Douro*. Em todos os outros, não se mexia, continuando a cobrar-se a portagem só no centro urbano.

O *quid* deste pleito, entre o alcaide e o conselho da vila, é conhecerem-se os fundamentos desta mudança, atenta a sua flagrante violação dos usos e costumes antigos. Pesquisemos as causas da decisão. Sobre a importância da barca do Douro, no concelho da Torre de Moncorvo, durante a Baixa Idade Média, ouçamos o Rei D. Fernando em 1376: (...) *o porto no ryo Doiro a huma légua da dita villa da Torre de Moncorvo (...) sempre foi guardado (...) é o melhor e mays chãao e seguro que nenhum outro que aja no dito rio des[de] a nossa cidade do Porto ataa vyla de Miranda que he em cabo de nosso Reyno (...) poderemos aver por ello passagem pera a dita comarca de Tras os Montes em tempo de guerra como de paz; [sem o dito porto] não poderemos acorrer aas outras villas da dita comarca (...) e que o dito logo de Freixo d'Espada Cynta e Mogadoyro e Penas Royas e Bragança e Myranda (...) sendo cercadas (...) se poderiam perder se pello dito porto*

mento da dicta villa e seus privilegios que per seus merecimientos lhe foram dados pellos Reys antepassados e neesto nos fara Vossa Alteza muyta mercee. Responde o Rei, concordando que o alcaide não pode decidir sobre o quesito apresentado, salvo se tiver permissão dele. (Alves, 2000, IV, 303).

de Vila da Torre de Moncorvo non fossem accorridas (...) (Alves, *ibidem* 281).

Resumindo a explicação régia: o porto da Barca do Douro era a porta de entrada de todos quantos, vindos de longe, se dirigiam à Torre de Moncorvo, para aqui ficarem, ou seguirem caminho para as outras vilas da comarca, situadas a Norte. Embora cercada de grandes cumeadas, no interior de Trás-os-Montes, o Rio Douro e o seu porto punham a Torre de Moncorvo em contacto com Portugal inteiro. Levas de jornadeantes, uns vindos do Porto e outros procedentes do Norte, passavam por aqui. Gente forasteira, a sair e entrar, não faltava na Torre de Moncorvo, durante a Baixa Idade Média. Ora, como sabemos, a Peste Negra difundiu-se na Europa através dos portos mediterrânicos e introduziu-se em Portugal utilizando igualmente o transporte marítimo. Entreviu longe o alcaide-mor Fernando Vaz de Sampaio. Era mister colocar, sobre apurada vigilância, esta porta fluvial duriense – o acesso directo ao centro concelhio. Verificar os indícios pestíferos dos passageiros da barca do Douro, ainda longe da vila, recebendo expeditamente e em primeira mão informações sobre a existência de infectados, era uma operação urgente. O seu sucesso obrigava a encobri-la com a portagem, antecipando o pagamento desta talha para a aldeia d'Aios, distante da vila cerca de uma légua. Por detrás desta operação, montou-se um sistema de pré-aviso que daria tempo para isolar os moradores da cerca e os do arrabalde, dentro de portas, impedindo que a vila fosse tomada de assalto, surpreendendo as autoridades. Mas, tão importante como resguardar o centro concelhio dos primeiros embates pandémicos, era, igualmente decisivo, evitar o terror e o pânico, entre os seus moradores. Nos primeiros clarões da Idade Moderna, havia fortes sinais de que a peste rondava a Torre de Moncorvo. Mas só o alcaide-mor e *alguuas pessoas*, [que andavam] *pelo dito caminho do Peredo*, o sabiam. A letalidade e contagiosidade deste adversário poderoso obrigavam a manter escondidas todas estas operações preventivas. Se conhecidas das autoridades municipais, que eram muitas, a notícia caía na rua. E o pânico, um imperativo a evitar, instalava-se.

Funcionou o plano do alcaide? Não temos dados directos para responder à pergunta. Mas podemos fazer algumas deduções. Assim, não se conhecendo



Fig. 1 Vista aérea da Senhora da Teixeira, tendo à direita a veiga do Saio, com a sua capelinha de Santa Marinha. Esta aldeia, extinta pela peste, foi a sentinela avançada de defesa da vila da Torre de Moncorvo, durante a pandemia de 1498. Fotografia aérea DRCN.

referências a coutos de homiziados na Torre de Moncorvo, ao contrário do que aconteceu em Bragança¹², Miranda, Vimioso, Mirandela e Freixo de Espada à Cinta, podemos inferir que a vila do Reboredo não precisou deles. O seu número de moradores ter-se-á mantido em patamares seguros, tendo em conta a importância do seu castelo na defesa do sudeste da comarca transmontana. Posicionando-se em quarto lugar¹³, com os seus 245 moradores no numeramento de 1530, no conjunto das vilas do actual Distrito de

12. Bragança recebeu, entre 1348 e 1454, 270 homiziados (Fonseca et alii, 2019, 291). Miranda do Douro incorporou, em 1379, 200 e 60 em 1404, (Vaz, 2008, 41). Freixo também cresceu com estes fluxos. Um documento, de 1406, diz-nos que a vila era couto antigo, e que os homiziados que não quiserem ir para Miranda podem ir para Freixo de Espada à Cinta (Alves, 2000, IV, 458).

13. A cidade de Bragança, com 481 moradores, ficou à frente, seguindo-se Freixo de Espada à Cinta 447, Miranda do Douro 287, Torre de Moncorvo 245, Mogadouro 192, Vila Flor 151, Vimioso 105, Vinhais 84, Mirandela 77, Alfândega 64 e Ansiães 35. Mas, nos três primeiros casos, foram injectados recursos demográficos vindos de fora. Considerando exclusivamente o crescimento endógeno, a Torre de Moncorvo, com os seus 245 moradores, ficou na dianteira, demonstrando que o plano do alcaide-mor poupou a vila.

Bragança, o plano concebido pelo seu alcaide-mor evitou a hecatombe demográfica que seria certa sem ele. Por outro lado, o início da construção da faustosa paroquial, uma autêntica Sé sem bispo, logo a partir dos primeiros anos do século XVI¹⁴ reflecte uma vila dinâmica, bem nutrida de gente e de ânimo, variáveis muito pouco consentâneas com uma vila ainda atordoada, a lamber as feridas demográficas da pandemia. A sua escolha para sede de uma das comarcas criadas por D. João III, ainda antes dos meados do século XVI, é outro indicador de que a vila da Torre de Moncorvo escapou sem grandes

14. Nos primeiros anos da década de quarenta do século XVI, o Dr. João de Barros, escrivão da Câmara de D. João III, viajou pela Torre de Moncorvo, a caminho do espinhaço da Serra da Nogueira, onde os refugiados das pandemias medievais tinham erguido uma ermida (...) [que era então] *uma casa tamanha como um mosteiro, grande de três naves, aonde acorre grande número de gente. Sobre o andamento do obradouro da Igreja de Moncorvo, anotou que havia (...) quarenta anos que se começou e não é acabada e sempre trabalham nela (...)* (Barros, 1919, 120 e *sublinhados nossos*). O seu estudo *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* está datado de 1549.

aleijões demográficos, embora a pandemia tenha ermado cerca de 50% das aldeias do termo. Refere o Padre Carvalho da Costa na sua corografia *que não havia memória nem tradição que na vila da Torre de Moncorvo houvesse peste, sendo que muitas vezes a houve no termo e na comarca* (Costa, *ibidem*, 423 e *sublinhados nossos*). Aqui, a memória colectiva da vila, podada do fantástico, pode reforçar a explicação histórica, mas nunca substituí-la. Neste caso, guardando um dos apertos mais severos da história da vila – o ataque da peste – reflecte o seu grande impacto devastador no termo, sinalizando também que o plano do alcaide-mor, tendo fechado dentro da cerca os seus moradores e os do arrabalde, foi eficaz.

4. Um *lapsus calami*: a aldeia, atalaia da vila, chamava-se Saio e não Aios

4.1. As Inquirições de 1258

Voltamos, pela terceira vez, a esta aldeia. Da primeira, utilizámo-la como a ponta de um longo fio escondido, que puxámos para conhecer a profunda devastação do termo da Vila da Torre de Moncorvo,

provocada pela pandemia dos inícios da Idade Moderna. Da segunda, servimo-nos dela para conhecermos o plano do alcaide-mor, visando impedir o assalto, de surpresa, à vila, isolando-a dos forasteiros infectados, chegados à Torre de Moncorvo pela barca do Douro.

Busquemos agora esta aldeia, cronológica e geograficamente, retirando-a do nevoeiro do tempo que a sepultou após a sua extinção pela pandemia. Para petiscarmos luz, temos de recuar 240 anos em relação ao documento de 1498, que a mostrou pela última vez. Na inquirição da paróquia de S. Tiago da Junqueira, em 1258, então pertencente ao termo de Santa Cruz da Vilariça, ainda antes das suas funções de capitalidade terem subido do vale do Sabor para a vila da Torre de Moncorvo, no embasamento do Reboredo, a testemunha Miguel Pires, depois de ter jurado [dizer a verdade] disse saber *quod monasterium de Boyro tenet aliam peciam regalengam in Sayo et non facit inde fórum domno Regi* (Alves, 2000, IV, 78). Traduzindo do latim, ficamos a conhecer que o Mosteiro do Bouro, para além de outras propriedades já detidas na Junqueira, possuía outra

peça regalenga no Sayo, não tendo ainda legitimado o exercício da sua posse perante o Rei. A toponomástica, com o mesmo radical, lançou outras raízes da mesma etimologia, que podemos ver na carta militar 130, nas margens do meandro do Douro, onde aparecem os topónimos “Saião” e Quinta do “Saião”. Houve, portanto, um *lapsus calami*, na transcrição do texto do procurador da vila da Torre de Moncorvo na chancelaria régia manuelina em 1498. A aldeia chamava-se Saio e não Aios. O “S”, que iniciava a ortografia do topónimo, deslocou-se para o fim. Em 1258, a *villa* do Sayo ainda não estava repovoada. Era apenas designada por uma “peciam”, a parte de uma propriedade, pertencente ao Rei, e não por *villa*, a palavra latina, que, ainda na ausência do português, antecedia sempre os lugares repovoados até ao início do último terço do século XIII.

4.2. Uma aldeia com muita água

O mosteiro minhoto de Amares era já então o senhor da *Villa* de Santa Comba da Vilariça, encostada ao rebordo poente do Sul da famosa falha geológica. Mas queria ir mais longe. A sua penetrante pituitária, pedológica e hídrica, farejava já as faldas meridionais do Reboredo, perscrutando os fundos das ondulações tectónicas da serra. Embora envolvidos por uma ecologia áspera e seca, alguns prolongamentos inferiores da cumeada, de abas mais largas, regurgitavam fartos mananciais, abundância que se juntava a um córrego irrequieto, que descia dos cotovelos empinados da pendente. Esta dádiva da natureza, bem nutrida de exposição, água e grossa pedologia, tinha de ser posta ao serviço do regadio pela mão sábia dos cistercienses – os monges hidrófilos de S. Bernardo.

Mas há mais indicadores hídricos de que o Sayo se localizava nas Canelas, entre a Açoreira e a Senhora da Teixeira. Eis como o Prof. Sande Lemos, da Universidade do Minho, viu os seus grossos veios aquíferos¹⁵: [a sua] *fertilidade e frescura contrasta*

15. (...) *Canelas situa-se nos últimos contrafortes meridionais da serra do Reboredo, num vale engravado, cuja fertilidade e frescura contrasta com a paisagem circundante. Na área envolvente de uma capela dedicada a Santa Marinha, nos terrenos ocupados por uma agricultura intensiva (hortas, vinhas, pomares, olival), favorecida por uma nascente de forte caudal, observam-se pequenos*

com a paisagem circundante. (...) [sendo] os terrenos ocupados por uma agricultura intensiva, favorecida por uma nascente de forte caudal (Lemos, 1993, 324 e *sublinhados nossos*). Reforçando ainda mais a importância desta hidráulica de regadio, bem aproveitada pelos cistercienses, temos de referir o que vimos, durante a nossa visita a Canelas. Da porta da capelinha de Santa Marinha, pendia uma lista com os nomes de duas dezenas e meia de moradores, residentes na aldeia vizinha da Açoreira. Eram os proprietários das hortas circundantes, que se serviam da poderosa corrente, uns após outros, conforme a ordem indicada no plano de rega. A água cachoava ruidosamente de encontro à levada. Mesmo, durante todo o Verão, *era assim*, sublinhou-nos um dos agricultores. *Não era preciso empoçá-la*. Corria sem parar. Se soubermos que o concelho da Torre de Moncorvo sofre de um dos mais baixos índices de pluviosidade anual, entre os concelhos transmontanos (Taborda, 1987, 58), as poderosas nascentes da antiga aldeia dos frades de S. Bernardo são uma das raras origens dos lanços verdes e frescos da árida paisagem agrária do concelho.

4.3. A localização da aldeia do Saio

Era num vale, com aquela moldura edafoclimática, que os monges brancos queriam instalar a sua nova *villa*, que estava em formação em 1258, como vimos atrás. Pelo seu entrosamento às aldeias da corda sul do Reboredo, o Sayo localizava-se no actual topónimo das Canelas, cuja ermida de Santa Marinha – o hagiopónimo da água – era a sua paroquial, ainda em 1498. Esta aldeia, um nó viário natural, juntava dois caminhos: o que vinha da barca do Douro *pellos montes – o caminho do Peredo* – e que aqui bifurcava para a Açoreira, Maçores e Felgueiras. A partir do Sayo, uma única via, resultante da junção das duas anteriores, seguia para a Torre de Moncorvo. Foi pela sua privilegiada localização, como entroncamento

fragmentos de tegulae, tijoleiras, e do que nos pareceu ser olaria comum. No entanto os materiais são pouco abundantes. Supomos que, no local, terá sido implantado um casal rural romano (...) (Lemos, 1993, 324). Afinal, os cistercienses do Bouro já tinham sido precedidos no lugar pelos romanos, outros farejadores exímios do melhor *ager*, de gorda pedologia, da boa exposição e de fartos mananciais.

de várias origens viárias, que o alcaide-mor escolheu o Sayo para isolar os infectados da barca do Douro, impedindo-os de alcançar a vila.

4.4. Sequeiros: extinta a aldeia medieval do Saio, entra a contemporânea de Sequeiros

Quando visitámos o lugar, iniciámos a leitura urbana e arquitectónica pela sua capelinha. Estes edifícios permitem-nos apalpar sempre o músculo vibrante do tempo. Assumindo os anos setenta do século passado, o templozinho de Sequeiros, apesar de muito questionado por nós, recusou-se a pronunciar um único monossilabo arquitectónico, anterior a esta cronologia. Concluimos que foi construído totalmente, *ab ovo*, há cerca de meio século.

Se o templo era novo, nada incorporando de heranças edificatórias anteriores, a aldeia também era nova: abrem-se perspectivas largas; as casas sucedem-se, mas entrecortadas de quintais; inversamente, na urdidura urbana medieval, as ruas são estreitas e as habitações cingem-se umas às outras; as paredes meias, entre vizinhos, são a regra geral. Inferimos assim que em Sequeiros o urbanismo decidira partir muito à frente da arquitectura. Nas aglomerações medievais, as construções, avançando na dianteira, foram elas que traçaram o perfil dos espaços públicos. Finalizando a visita ao lugar, entrámos no cemitério. Aqui, a geografia da morte apenas memorizava passamentos, que não iam além dos últimos 60 anos. Sequeiros era nova, confirmava-se também aqui. Mas, para remover todas as dúvidas, decidimos confrontar a arqueologia com a história.¹⁶ Não houve debate. Ambas disseram, logo, o mesmo: Sequeiros é uma aldeia contemporânea. Mas alguma da sua microtoponímia continua medieval. O sítio da *tapada do frade*¹⁷ diz-nos quem foi que mandou arrotear o termo, transformando a *silva* num *ager* aberto, na segunda metade do séc. XIII.

16. Sequeiros está ausente do numeramento de 1530 (Freire, *ibidem*), da Corografia Portuguesa de 1706 (Costa, 1706, 427), das Memórias Paroquiais de 1758 (Capela *et alii*, 2007, 579-580) e dos mapas das congruas de 1890, elaborados pelo Abade de Baçal (Alves, 2000, I, 402).

17. Conforme livro das matrizes antigas da freguesia da Açoreira, consultado na Repartição de Finanças.

Instalar uma aldeia é uma operação mais exigente do que alojar uma quinta. Esta precisa apenas de um número reduzido de hectares, embora existam algumas com muitos¹⁸. Já a primeira requer sempre dezenas ou centenas. É preciso instalar não só a agregação urbana mas também o espaçoso termo circundante da actividade agrícola e pastoril. Pedindo a ajuda a uma ciência exacta – a física – podemos concluir que, para entrar a aldeia nova de Sequeiros, teve de sair a antiga do Saio. A reocupação contemporânea deste espaço tão tardiamente – cinco séculos depois de apagada a aldeia medieval – remete-nos para o que referimos atrás: o repovoamento disperso por quintas apartadas, tão característico da Torre de Moncorvo – mostrado na carta militar 130 – instalou-se apenas contemporaneamente, à excepção de alguns casos, como foi o da Terrincha, referido em 1758 (Capela *et alii*, 2007, 594), e das quintas do Marmeleiro, Branca, Barreiro, Noria, e do Corral, já mencionados também nas Memórias Paroquiais. (*ibidem*, 595). Só ao longo dos últimos dois séculos, a demografia do concelho produziu suficientes saldos fisiológicos positivos, fornecedores do novo repovoamento disperso – as quintas apartadas.

Mas nem todo o espaço da aldeia medieval do Saio foi transferido para a sua sucedânea contemporânea de Sequeiros. A melhor *peça*, para utilizarmos o substantivo das inquirições de 1258, que era a sua preciosa veiga, já tinha sido avocada pela freguesia vizinha. Esta várzea, um favor da natureza ao homem, atenta a sua riqueza hídrica e pedológica, não podia escapar à sagaz Açoreira, que, embora com reduzido número de moradores em 1530, vencera a pandemia 32 anos antes. Em 1758, parte do património dos cistercienses, entre os contrafortes do Sul do Reboredo, já tinha mudado de mãos (Capela *et alii*, 2007, 580).

18. As quintas com dezenas ou centenas de hectares resultaram, quase sempre, do apagamento de aldeias medievais. Quando os respectivos termos ficaram vazios, vincularam-se ao novo tipo de povoamento disperso, como foi o caso da Quinta do Campo de Almassa, anexa da Açoreira, que ainda ocupava uma área de 171 578 hectares, nos meados do século passado (*ibidem*).

5. O património arquitectónico religioso: a mudança de propriedade e do padroado

5.1. As igrejas paroquiais do Saio e do Peredo

Analisadas nos capítulos anteriores as transformações provocadas pela pandemia moderna na paisagem agrária do concelho da Torre de Moncorvo – o povoamento aglomerado medieval deu lugar ao disperso contemporâneo, em grande parte do território – vamos agora ver, neste capítulo e no seguinte, as suas consequências no património religioso.

A aldeia do Saio, tendo-lhe sido atribuídas funções preventivas no enfrentamento da peste, foi colocada no centro da tormenta pandémica, como vimos atrás. Como porta de entrada no concelho, através do *caminho da barca do Douro*, cabia-lhe filtrar os viajantes, pondo de sobreaviso a autoridade militar. O Saio, por decisão do alcaide mor da Torre de Moncorvo, foi transformada na sentinela avançada da defesa da vila. Esta precaução permitia alertar as autoridades, com antecedência, dando-lhes tempo para fechar a cerca acastelada, com os seus moradores e os do arrabalde lá dentro. Mas, ao coar os passantes, sintomaticamente infectados, transformou-se numa aldeia letal. Como já sabemos, o Saio pagou cara esta sua missão em prol do resguardo da vila: foi arrasada pela peste, não voltando a ser repovoada. O mesmo trágico fim teve o Peredo. O seu acesso, dependendo do entroncamento viário do Saio, introduziu a peste na aldeia. Mas, inversamente à primeira, o Peredo voltou a ressurgir, tendo sido repovoada logo depois do numeramento de 1530, como já vimos.

O ermamento definitivo do Saio não apagou a sua antiga paroquial de Santa Marinha, que foi anexada pela vizinha paróquia da Açoreira. Ainda lá está hoje, restaurada, com a sua garbosa galilé. No Peredo aconteceu o mesmo. A sua igreja ficou unida à de Urros – a paróquia mais próxima – após a aldeia ter ficado sem moradores. Mas, em 1566, voltou à sua autonomia paroquial medieval – a confirmação de que já tinha sido repovoada a aldeia (Alves, 2000, VII, 726). O templo do Saio resistiu aos cinco séculos seguintes, transformado numa ermida, sozinha, sem paroquianos. E sem cruz e sem pináculos. O despojo destes símbolos matriciais da arquitectura religiosa enganou os oficiais do exército, responsáveis pelo trabalho de campo da carta militar 130, em 1944 e

1946. A capela mostrou-se àqueles militares como uma simples construção campesina, isolada. No seu interior, um fresco, de boas proporções, expõe o seu orago – Santa Marinha – sobre a mesa do altar. Continuando a marcar a paisagem ribeirinha dos flancos meridionais do Reboredo, fala-nos baixinho do trágico fim dos seus fregueses, que vergaram no embate com um adversário poderoso – a terrível pandemia moderna, que, embora retardada século e meio em relação à sua congénere medieval, não foi menos devastadora no espaço rural do concelho.

5.2. As capelas do padroado Câmara da Torre de Moncorvo

A extinção da aldeia do Saio implicou também a mudança da tutela da Capela da Senhora da Teixeira. Vejamos o encadeamento deste processo: o templo era sufragâneo da paroquial de Santa Marinha do Saio; apagando-se esta circunscrição religiosa, o santuário passou para a posse do concelho – a câmara moncorvense; edilidade que, enquanto padroeira do Santuário, nomeava os seus ermitões; e que, como proprietária da capela, conduziu a sua reedificação, nos finais do século XVI; programa arquitectónico que incluiu os famosos frescos em todo o seu interior, lendariamente atribuídos ao fantástico ermitão Jordão. Porque, *de facto et de jure*, morta a aldeia donde procedera – o Saio – a Senhora da Teixeira tornou-se património da Câmara – a única herdeira¹⁹

19. Em 1570, a aldeia do Saio já não consta do património transmontano do Mosteiro do Bouro (Mota, 2006, 278). Foi profunda e prolongada a crise que atingiu a comunidade cisterciense em Portugal, no contexto de um cenário degressivo mais vasto, vivido por todas as outras ordens religiosas, desde a segunda metade do século XV até à sua renovação, já no último terço de quinhentos. Ao fim de cerca de um século de agonia, em Janeiro de 1533, o mosteiro recebeu a visita do abade de Claraval, D. Adme de Salieu, acompanhado de Frei Cláudio de Bronseval, seu secretário, então em visita às comunidades cistercienses de Portugal e Espanha. Logo após a entrada no cenóbio, acção que enfrentou algumas resistências dos monges, os dois visitantes tocaram logo a rebate sobre o estado temporal e espiritual do mosteiro, exclamando *vraiment le Seigneur n'est pas dans cette maison* (*ibidem*, 183). Um senhorio, numa situação de degradação tão profunda, sediado longe, no Minho, não pôde demonstrar o exercício do direito de propriedade sobre o seu património do Saio, ermado pela peste. E muito menos mostrar capacidade de conduzir acções visando a restauração do senhorio, readquirindo a sua posse. Mas, nos finais do século XVI, depois da reestruturação profunda da família cisterciense, o Mosteiro do Bouro voltou a renascer das

da paróquia aniquilada pela peste. Por isso, se guardava o tombo da capela *na arca do concelho desta vila* [a Câmara da Torre de Moncorvo], segundo a epígrafe gravada no templo, sob a galilé, informação reiterada nas Memórias de 1721, e nas Paroquiais de 1758, ao referirem que a Senhora da Teixeira *era da apresentação* [dos ermitões] pela *Câmara da Vila*.

Mas não foi só a Capela da Senhora da Teixeira que ficou *órfã*, após morte da sua paróquia, transitando para o património religiosos da Câmara. O Padre Carvalho da Costa, na sua Corografia, dá-nos conta desta singularidade: havia 15 ermidas *no limite* da vila, que chegava ao Sabor. Destas, 8 eram *do padroado da Câmara* [ao abrigo do qual] esta apresentava *os ermitões, que [havia] em algumas delas*. As outras 7 eram *particulares* (Costa, 1706, 421). Este número, podendo reflectir mais um expressivo conjunto de aldeias extintas, somado ao que consta do capítulo 2., poderá dizer-nos que a peste terá apagado mais aldeias do que as 11 sobreviventes, recenseadas em 1530. No capítulo seguinte, vamos dar ênfase ao estudo do Santuário da Senhora da Teixeira, libertando-o da poeira mitológica que o tem envolvido nos últimos cinco séculos. A sua importância, no contexto do património concelhio, e a preeminência científica da história sobre a lenda, justificam este nosso esforço.

6. A Senhora da Teixeira

6.1. A bibliografia

6.1.1. As epígrafes da capela de 1593

Da leitura da inscrição da fachada do templo, gravada sob a galilé em 1593, respigamos: [o tombo desta] *casa está na arca dos tombos de Braga e outro na arca do concelho desta vila, (sublinhados nossos)*. Ou seja, uma cópia do inventário dos bens da Capela, efectuado por ordem do vigário da comarca, estava então à guarda do concelho da Torre de Moncorvo. Concluimos daqui que a Senhora da Teixeira, nos finais do século XVI, era propriedade da Câmara e

cinzas, regressando ao antigo prestígio. A sobrerrepresentação dos frades brancos no painel alusivo às ordens religiosas, na abóbada da galilé da Senhora da Teixeira (figura de entrada), não será a faísca da *anamnesis* do senhorio medieval dos monges de S. Bernardo?

não da freguesia da Açoreira, que hoje a tutela, como já referimos no ponto anterior.

Vamos agora à segunda epígrafe, que tem sido lida como a referência directa ao nome do primeiro ermitão da Senhora da Teixeira e autor dos impressionantes frescos que cobrem todo o interior da capela e o do seu alpendre: *IANO, ESTE HE [O] PRIMEIRO IRMITÃO QUE ESTEVE NESTA CAS[A]*. Mas tomar IANO por JORDÃO ou JORDANO, é torcer muito a ortografia deste antropónimo. Apagão gráfico que tem só um *pequeno* senão. Deixa de fora o “R” e o “D”, que são duas consoantes sonoras, as quais a fonética, mesmo a mais afónica, não pode anular. Ortográfica e foneticamente mais próximo, é o antropónimo João, que foi a leitura do licenciado moncorvense Francisco Botelho de Moraes, no seu estudo para o *Santuário Mariano*, em 1693, que mais à frente referiremos.

Sobre a dilucidação deste ponto, a nossa lente hermenêutica sugere que leiamos exactamente o que lá está: IANO. *Este era um dos maiores deuses do Panteão Romano, dando o nome ao primeiro mês do ano, Januarius. Com o tempo, os atributos desta divindade tomaram uma extensão considerável. Tornou-se o deus do início de todas as coisas* (Schmidt, 2005, 159 e *sublinhados nossos*). Uma espécie de deus ontológico do fundamento e da ordem das coisas – o que dá princípio organizado a tudo. Assim, substituindo JANO por PRINCÍPIO, leia-se toda a epígrafe: *NO PRINCÍPIO, ESTE HE [O] PRIMEIRO IRMITÃO QUE ESTEVE NESTA CAS[A]*. Estas duas palavras, PRINCÍPIO e PRIMEIRO reforçam-se mutuamente, ampliando o eco semântico da inscrição. Mas o caso não era para menos. A epígrafe, juntando o panteão romano ao cristão, era uma celebração. Dava início, *principium*, com toda a solenidade, à nova capela da Senhora da Teixeira, aos seus frescos incomuns e ao *PRIMEIRO* ermitão. Sublinhamos que vivíamos ainda em pleno Renascimento em Portugal, estando o panteão romano de volta. Repare-se também que podia haver um primeiro ermitão e a capela não ser nova. A invocação de JANO – a origem de todas as coisas – no início da frase, enfatiza que tudo estava no *principium*: a capela, os frescos e o ermitão.



Fig. 2 Ermita de Nossa Senhora da Teixeira. Entrada no adro do Santuário. Fotografia de Paulo Patoleia.

6.1.2. O Agiologio Lusitano de 1652

Começamos por citar Jorge Cardoso sobre as origens da Senhora da Teixeira. Este autor (1606-1669) teve a vantagem de escrever poucas décadas após a cronologia que tem sido considerada como a da fundação, *ex novo*, da capela – finais do século XVI. Transcreve primeiro a lenda: *na ermida da Senhora da Teixeira, termo da Torre de Moncorvo, arcebispado de Braga, está fresca a lembrança de Jordão do Espírito Santo, seu ermitão, que sendo filho de um lavrador do mesmo território, passou a mocidade no Alentejo, servindo a um homem de negócios e com que juntou do seu salário, sendo mancebo galhardo e de boa disposição, deixando o mundo e dando-se todo a Deus, reedificou (sublinhado nosso) a dita ermida e junto a ela casa para si, mas tão limitada e pequena que mais parecia gaiola de pássaros que habitação de homens. Ali viveu muitos anos o servo de Deus em eremítico hábito, não usando de camisa nem em grandes enfermidades (...).*

Agora, a crítica, demolidora, à versão lendária transcrita acima: *nasceu Jordão do Espírito Santo no*

lugar da Teixeira, junto a Mesão Frio, no arcebispado de Braga, de cujo lugar tomou o nome a milagrosa imagem da Senhora. A ermida fica em sitio alegre e sadio, no que parece que houve antigamente povoação. Nela viveu com o seu exemplo de virtude o nosso eremita até à morte que foi em 1610, sucedendo-lhe até ao presente no cargo clérigos de boa vida. Tudo o que [sobre] este servo de Deus referimos nos ofereceu o licenciado António Moreira Camelo, abade de Penedono, natural daquelas partes, com o qual concordam outras relações que depois nos enviaram pessoas fidedignas (Cardoso, 1652, vol. I, 493 e sublinhados nossos). Acrescentamos nós: existe ainda hoje, no concelho de Baião, vizinho do de Marco de Canavezes, a ermida de Senhora de Teixeira, pertencente à freguesia do mesmo nome, situada exactamente no limite entre os dois territórios municipais.

Depois desta afirmação tão objectiva, o conto lendário sobre a fundação da Senhora da Teixeira ficou sem arrimo científico, perdendo toda a sustentação epistemológica para se manter de pé. Como vemos, Jorge Cardoso recusou-se a dar o seu *imprimatur* a



Fig. 3 Fresco central da galilé de 1595. Cristo preside ao Juízo Final. Na envolvente da porta, a epígrafe da fachada. Fotografia de Paulo Patoleia.

uma lenda que outros iriam alimentar sem exigências de credibilidade, como veremos no ponto seguinte. Ao contrário, este investigador tratou a informação oral como um documento. E, submetendo-a ao fogo da crítica para lhe medir a veracidade, controlou-a através de outros testemunhos. O abade de Penedono e várias *pessoas fidedignas* certificaram-lhe ser falsa a versão que implicava Jordão do Espírito Santo na fundação da capela da Senhora da Teixeira, no concelho da Torre de Moncorvo. Sublinha-se que o abade de Penedono, sendo natural de Mesão Frio – *daquelas partes* –, conhecia bem o caso do ermitão Jordão da sua terra. Para Cardoso, o objecto da história, já nos meados do século XVII, não era contar mas provar. Refira-se que Penedono, no concelho de Viseu, fica a poucas dezenas de quilómetros de Moncorvo. Vizinhança que ajudou à desconstrução do mito de Frei Jordão do Espírito Santo como primeiro ermitão da Senhora da Teixeira da Torre de Moncorvo.

6.1.3. A Corografia Portuguesa de 1706

O Padre Carvalho da Costa, na sua *Corografia*, publicada cerca de meio século depois, não usou a metodologia segura de Jorge Cardoso para submeter a lenda da Senhora da Teixeira ao crivo apertado da verdade. Ao contrário, propalou-a sem peias de verificabilidade. Não obstante ter lido o desmentido daquele autor. Ou, se não o fez, era seu dever tê-lo feito porque escrevia sobre um tema já estudado meio século antes. Introduziu-lhe também algumas alterações de pormenor: o ermitão Jordão do Espírito Santo afinal era *natural de Ovelha, na província do Minho* e não do território moncorvense, como contava a lenda esmiuçada por Cardoso; morreu em 1610, tendo sido *enterrado de joelhos* na capela da Senhora da Teixeira, finaliza Carvalho da Costa, introduzindo este *sepultatio*, incomum, do ermitão, em adenda da sua versão, como convém sempre para saborearmos o melhor lanço de um mito fantástico (Costa, 1706, 427).

6.1.4. O Santuário Mariano de 1707

Um ano depois da publicação da *Corografia Portuguesa*, analisada no ponto anterior, foi dado a lume, em 1707, o *Santuário Mariano*, um vastíssimo repositório de todos os locais de devoção da Virgem Maria, existentes em Portugal e nas colónias. Agostinho de Santa Maria, o autor dos dez grossos tomos, não esteve em Moncorvo para tombar as capelas marianas concelhias. Mas encarregou deste trabalho, em Fevereiro de 1693, Francisco Botelho de Moraes, guardião do Convento de Santo António, situado na encosta do Reboredo (Santa Maria, 1707, IV, 132). O estudo deste licenciado foi depois incorporado por Agostinho de Santa Maria no IV tomo da sua obra, pág. 122. Transcrevemos a leitura da única epígrafe referenciada por Botelho de Moraes: [A Senhora] *foi sempre servida com ermitões de grande virtude, como se viu no servo Deus João do Espírito Santo* (sublinhado nosso), falecido em 1619 e não em 1610, como afirmava a *Corografia Portuguesa*. Ou seja, o nome IANO foi lido por JOÃO pelo licenciado de Moncorvo, grafia mais bem próxima deste antropónimo do que a do lendário JORDÃO. Segundo Botelho de Moraes, o santuário fora um antigo lugar, povoado pelos Teixeiras (sublinhado nosso). O *Santuário Mariano* silenciou toda a efabulação lendária, agregada por Carvalho da Costa na sua *Corografia*, demonstrando que aceitou as provas de Jorge Cardoso sobre o falso ermitão da Senhora da Teixeira, mas verdadeiro da sua homónima de Mesão Frio. Esta conclusão é reforçada porque Agostinho de Santa Maria remete o leitor para a obra daquele autor, referindo que *escreve desta Senhora Jorge Cardoso no seu Agiologio Lusitano, tomo 1. Pág. 493*.

6.1.5. Memórias da Vila da Torre de Moncorvo de 1721

Em 1721, a Câmara da Torre de Moncorvo enviou à Academia Real da História Portuguesa, recém-criada por D. João V, as memórias vila²⁰ e do seu concelho, da autoria de António Veloso de Carvalho (Alves, 2000, VIII, 423-424), texto que este académico decalcou, em grande parte, da *Corografia Portuguesa* de

20. Conserva-se o original deste manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa, códice A-6-8, n.º 222, p.128 (Alves, *ibidem*).

Carvalho da Costa, referida atrás. Sobre a freguesia da Açoreira, escreve que *acha-se mais no limite deste lugar hua capella a que chamão a Senhora da Teixeira, a qual he da apresentação da Câmara d'esta villa (...)(sublinhados nossos) e assim a capela como o cabido d'ella sam de abobada sobre a qual tem diversas pinturas de imagens com notável perspectiva, e cazas de hospedagem (sublinhados nossos); he romagem de grande devoção; por tradição e noticia vulgar (sublinhados nossos) se diz que quem fez a dita capella fora hum ermitão chamado Frei Jordão do Espírito Santo (...)* (Alves, *ibidem*).

O Académico Veloso de Carvalho diz-nos mais: que o aludido ermitão *fora duas vezes a Roma para fazer a imitação de outra capela que lá vira, e com efeito o fez por sua mão e se mandou ali enterar de pé defronte do altar, depois que a si mesmo se pintou às portas da dita capela, não constando que fosse aberta a sua sepultura, fechada em pedra quadrada com um letreiro que o nomeia (ibidem e sublinhados nossos)*.

Tal como inferimos quando procedemos à leitura das duas epígrafes da Capela, o texto enviado à Academia Real da História Portuguesa confirma que a Senhora da Teixeira não era tutelada pela freguesia da Açoreira, como hoje é, mas pela Câmara de Moncorvo. O académico moncorvense também nos dá conta do que ele próprio testemunhou: em 1721, havia *cazas de hospedagem* no Santuário. Fixemos esta informação. Quanto à consistência da explicação lendária das origens da capela, é o próprio autor, como académico da Academia Real da História Portuguesa, que lhe retira toda a credibilidade científica, ao escrever que foi urdida pela *tradição*, sendo uma *noticia vulgar*, juntando-se assim a Jorge Cardoso, que, 68 anos antes, já provara ser falso o fio lendário, tecido à volta de Jordão do Espírito Santo. E, embora o autor siga no essencial da lenda já descrita por Carvalho da Costa, acrescenta-lhe alguns pontos, como acontece sempre quando contamos um conto: (i) alude, pela primeira vez, à viagem a Roma para *imitação de outra capella que lá vira*; (ii) a referência, igualmente em primeira mão, ao facto de ter sido o próprio ermitão a executar os frescos da capela, auto-retratando-se também a ele próprio; (iii) e, enquanto Carvalho da Costa assinalou a inunção de joelhos do ermitão Jordão, o académico de Mon-

corvo, quinze anos depois, diz-nos que afinal não jaz de joelhos mas de pé; (iv) e ficamos também a saber que a campa do ermitão tem *hum letreiro que o nomeia*. Mas a tumba da capela não é a do primeiro ermitão mas a do oitavo, falecido em 1665. Ou seja, o vulgo já tinha somado novos conteúdos à lenda içada pela *Corografia* de Carvalho da Costa

6.1.6. As Memórias Paroquiais de 1758

A pedido do governo do Marquês de Pombal, a memória da Açoreira foi elaborada pelo vigário Manoel Garcia Ferreira, que a assinou, acompanhado de dois paroquianos, como testemunhas: Manoel Marcos e Domingos Lopes, reforçando assim a sua autenticidade. No capítulo das capelas, escreve o vigário: *tem esta freguezia da Assoreira duas ermidas fora do lugar, huma chamada do Spirito Santo, outra de Santa Marinha (...). Está no lemite desta freguezia outra ermida da Senhora da Teixeira, e tem ermitam (...), apresentado pela Câmara da Torre de Moncorvo (Capela et alii, 2007, 580 e sublinhados nossos)*. Esta informação corrobora outras anteriores sobre quem tutelava o Santuário.

6.1.7. O Abade de Baçal e as duas Teixeiras

ESPÍRITO SANTO, (Jordão do). Natural de Ovelha, segundo a Corografia Portuguesa, ou de Teixeira, junto a Mesão Frio, no dizer do Hagiologio Lusitano; foi o fundador da ermida de Nossa Senhora da Teixeira no termo da sua naturalidade e não junto a Moncorvo, como quer a mesma Corografia. (Alves, VII, 2000, 172-3 e sublinhados nossos). Mais conciso não podia ser o Abade de Baçal na sua hermenêutica do *Agiologio Lusitano*, sobre quem, de facto, não fundou o Santuário da Senhora da Teixeira de Moncorvo.

6.1.8. A contribuição do Prof. Sande Lemos

Sobre o Santuário da Senhora da Teixeira, o ilustre arqueólogo diz-nos que identificou *no adro e na área adjacente numerosos fragmentos de cerâmica de construção e doméstica, que indicam ter existido no local um povoado. A maioria da cerâmica é medieval (...); a capela é um templo de origem românica. (...)*.

No final, classifica o sítio como *povoado medieval*, referindo-o como *inedito* (Lemos, 1993, 326).

6.1.9. Pintura Mural: a Raia Transmontana do século XVI

A Revista Cultura a Norte, referente a 2021, ocupa-se exclusivamente do conteúdo da epígrafe deste capítulo. E, entre os vários casos transmontanos estudados, os frescos da Senhora da Teixeira assumem a proeminência. Desde logo porque cobrem todo o interior da capela, incluindo o da galilé. Ao longo do seu trabalho, o Professor Doutor Joaquim Inácio Caetano vai tropeçando com muitas dúvidas, quanto à autoria das pinturas. Conclui *que há diferenças formais e técnicas entre o trabalho do interior do templo e a galilé, correspondendo a mais do que um pintor (...), existindo outras mãos que se detetam com evidência (...)*. Sobre o autor, alegadamente exclusivo, das pinturas – o primeiro ermitão Jordão do Espírito Santo – aquele investigador interroga-se *até que ponto corresponde plenamente à realidade (...), tanto mais que foi identificada outra pintura na Capela de Santo Cristo em Castro Vicente [concelho de Mogadouro] e que atribuímos ao mesmo artista (...)*. As dúvidas sucedem-se: poderia [Jordão do Espírito Santo] *conciliar a sua responsabilidade de ermitão com a actividade de pintor que executa uma encomenda?* (Caetano, 2021, 50). Também o estudo das pinturas da Senhora da Teixeira descalça o mito de Frei Jordão do Espírito Santo como o seu autor.

6.1.10. Síntese bibliográfica

Concluimos no ponto anterior, o extenso caminho bibliográfico sobre a Senhora da Teixeira, servido aos leitores ao longo dos nove pontos anteriores. Chegados aqui, colocamo-nos numa posição de princípio: medimos a objectividade da bibliografia sobre a origem do Santuário da Senhora da Teixeira e dos seus frescos singulares, através do crivo exigente das fontes, que a crítica documental provou serem verdadeiras. Neste exame, só passou, com *accessit científico*, o *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso. Jordão do Espírito Santo, o mítico primeiro ermitão e alegado autor dos frescos da Senhora da Teixeira, nasceu noutra Teixeira, actual freguesia do concelho

de Baião, ali levantando a capela com o mesmo nome da moncorvense. No final deste itinerário bibliográfico, longo de quatro séculos, temos de concluir que não sabemos quem foi efectivamente o primeiro ermitão da Senhora da Teixeira. Mas este desconhecimento é bem mais desafiante para a investigação do que continuarmos envolvidos no nevoeiro da mitologia. Mas já sabemos de quem era a Capela e quem a mandou construir e pintar, questões que já dilucidámos no ponto 5.2.

A conclusão que os dados nos impõem não procede apenas da sua nulidade probatória. Analisemos agora a sequencialidade dos conteúdos míticos para acompanharmos o fio da sua efabulação no tempo. Como vimos, o ermitão-pintor foi introduzido na teia lendária muito tarde, só constando da memória enviada, em 1721, à Academia Real da História Portuguesa. Repare-se que o autor do *Agiolégio Lusitano* escreveu poucas décadas após a execução das pinturas – finais do século XVI. Mas, para o seu estudo ter saído em 1652, a montanha de informação carregada – quatro grossos volumes – requeria uma recolha muito mais precoce dos dados. Porém, a execução dos frescos da capela e a sua autoria estão ausentes da primeira versão lendária, que Jorge Cardoso nos contou. E da segunda: a Corografia Portuguesa, apesar de ter introduzido algumas adendas de pormenor, nomeadamente quanto à naturalidade do ermitão e à sua inumação de joelhos sob o pavimento da capela, continuou muda quanto às pinturas. Ou seja, os grandiosos frescos e o seu autor, que o tempo transformou no emblema mais sonante da Senhora da Teixeira, só foram acrescentados ao mito já em pleno século XVIII, quando a Câmara enviou à Academia Real de História Portuguesa, em 1721, as memórias da vila da Torre de Moncorvo.

6.2. A Senhora da Teixeira: uma herança histórica da pandemia moderna

6.2.1. A Arquitectura

O Santuário da Senhora da Teixeira ergue-se a cerca de 500 metros de altitude, sobre um socalco geológico do Sul da cumeada poente do Reboredo

– uma dobra tectónica da antiga Serra da Teixeira²¹, nome que está na origem do hagiotopónimo. Planimetricamente, este tempozinho, de cerca de 9 metros de comprimento por 4 de largura, desenha um rectângulo, tripartido: a nascente a capela-mor, seguindo-se a nave e a galilé a poente. Arquitectonicamente, assume cinco originalidades: (i) a abóbada apoia-se directamente chão, sem a intermediação de colunas ou pilares, dando a todo o espaço uma perspectiva de um túnel baixo e estreito, soturno, sem janelas laterais, ou seja, um ambiente propício ao silêncio, à penitência e expiação dos ermitões; (ii) todo o interior foi coberto de pintura a fresco, incluindo a abóbada da galilé, historiando cenas do novo testamento, das ordens religiosas e um auto-retrato, a corpo inteiro, do primeiro ermitão; (iii) o *campanile* ergue-se sobre a capela-mor, a nascente, e não sobre a fachada poente, contrariando um dos cânones tradicionais da arquitectura religiosa; (iv) externamente, apresenta três contrafortes, um a Norte e dois a Sul, ficando-nos a impressão de que estes elementos arquitectónicos desempenham uma função mais dependente da *venustas* do que da *firmitas*, os dois dos três esteios da tríade vitruviana; (v) a platibanda, que esconde o telhado e o lacrimal da capela-mor, é uma aquisição recente do edifício. Alguns frescos apresentam-se envolvidos em caixotões, sugeridos pelo *tromp-l'oeil*. Mostra epígrafes na parede que divide a galilé da nave. Orientada a nascente/poente, entramos na capela por um portal, sob o alpendre, em arco de meio ponto, tendo do lado esquerdo outro vão, mais estreito, da mesma geometria; do lado direito, espregueia um postigo qua-

21. O padre Miguel Duarte, que assina a memória de Felgueiras, no dia 13 de Março de 1758, escrevendo sobre o relevo envolvente da aldeia, explica que [a serra em que] *está metida esta freguesia tem princípio na parte lá da Teixeira e huma fica para a parte do Norte e vai continuando até ao termo de Carviçais. E esta se chama a serra do Reboredo. (...) e da parte lá da Teixeira vai continuando outra serra que fica da parte do Sul desta freguesia e vai acabar no termo da vila de Mós*. Ou seja, utilizando a carta militar 130, a antiga Serra da Teixeira corresponde hoje ao topónimo da Lapinha, a 808 metros de altitude. A serra do Reboredo apropriou-se, onomasticamente, da Serra da Teixeira, que ainda nos meados do século XVIII a não incluía. O hagiotopónimo da Senhora da Teixeira resulta assim da Serra onde estava situado o santuário. Esta extensão da onomástica orográfica ao hagiotopónimo será posterior ao levantamento do templo. Inicialmente a capela chamar-se-ia da Senhora dos Prazeres, que é a imagem venerada no altar da capela-mor.

drangular, gradeado, que, não querendo iluminar o interior, permite ao visitante aceder visualmente, na obscuridade, à imagem da Senhora dos Prazeres, sobre a mesa do altar. O interior contém o túmulo do 8º ermitão, falecido em 1665.

6.2.2. Um palimpsesto arquitectónico

A capela, erguida nos finais do século XVI, cavalgou uma construção anterior. São fortes os sinais de que assim foi: a parede norte, que hoje termina na capela-mor, continuava para nascente; ou seja, o edifício precedente prolongava-se mais para este lado; sobre o plano cimeiro da fachada poente da construção foi colada, a *martelo*, a moldura de uma cornija, elemento que é também uma reutilização; esta cirurgia edificatória é flagrantemente dissonante com o pendor rectilíneo das linhas despojadas do actual edifício, que não usa a molduragem granítica em mais nenhum elemento arquitectónico exterior; a peanha, que suporta a cruz, está ali também em trânsito arquitectónico tal é a sua desarmonia em relação à volumetria da capela. Um capitel, apeado, de grossas medidas, encostado à parede Norte, remete-nos também para um edifício anterior. E, como já vimos atrás, Jorge Cardoso, no seu *Agiolégio Lusitano*, editado em 1652, mas preparado muito antes, diz-nos que a capela da Senhora da Teixeira foi *reedificada*.

Nas memórias da Vila da Torre de Moncorvo, já referidas, enviadas à Academia de História Portuguesa, em 1721, o seu autor, António Veloso de Carvalho, escreveu que a Senhora da Teixeira *era romagem de grande devoção, onde havia cazas de hospedagem*. A sul do espaço sagrado, adivinham-se alinhamentos de compridos muros, paralelos ao do adro, que serão as estruturas que ficaram daqueles edifícios. Estes restos edificatórios poderão remeter-nos para as construções aqui levantadas pelos fugitivos do Saio, refugiados na Senhora da Teixeira, conforme ponto seguinte. Posteriormente, tal como aconteceu na Senhora da Serra, estes edifícios terão sido transformados em *cazas de hospedagem* para utilização dos romeiros, devotos da Senhora. O Prof. Sande Lemos recolheu aqui (...) fragmentos de *cerâmica de construção e doméstica*, [que indicam] *ter havido no local um povoado; (...) a cerâmica é medieval*

(...). Um povoado não existiu, como já vimos. Mas houve fugidos de um povoado vizinho – o Saio – que, isolados aqui, tiveram de construir um *povoado* para viverem, enquanto refugiados durante a peste. A cronologia da cerâmica atesta esta dedução sobre a Senhora da Teixeira. Mas a intervenção da arqueologia é fundamental para multiplicar os dados já conhecidos e exumar os alinhamentos edificatórios referidos acima, permitindo aprofundar a história do Santuário. É que, sendo já um poderoso íman turístico do concelho – a *sistina* do Douro Superior – poderá ainda catapultar-se mais alto, atraindo não só os cientistas do património mas também um público vasto, que não dispensa uma boa estória de ermitões, enterrados *de joelhos* ou *de pé* sob o pavimento da capela, e saídos do fantástico cadinho da imaginação popular.

6.2.3. Os moradores do Saio fogem para a Serra da Teixeira

A Capela da Senhora da Teixeira era vizinha da antiga aldeia do Saio, da qual dista apenas cerca de 600 metros. Esta proximidade mostra-nos que o santuário dependia daquela paróquia medieval. E, como vimos atrás, esta circunscrição eclesiástica foi completamente apagada pela peste moderna.

Neste embate, de surpresa, com a pandemia letal, os moradores do Saio vão escalar caminhos serranos, que outros, antes deles, também tinham subido no contexto pestífero dos surtos medievais anteriores. Na Europa, em Chaves, em Rebordãos e em Genísio fugiu-se. Para os campos e as serras. A fuga era, também para os *saienses*, o único caminho que lhes prometia manter a vida. O socalco geológico, onde se sobrepõe a Capela da Senhora da Teixeira, desce em pendente acentuada sobre o Saio. Esta cumeada, um prolongamento tectónico do Reboredo, onde crescem bosques de estevas e azinheiras, mostrava-se como um refúgio seguro, onde se presumia não existirem focos contaminantes – porque não havia aldeias circunvizinhas. Escondidos ali, os fugitivos do Saio escapariam à pandemia, salvando a vida.

Chegados ao alto desta plataforma da antiga Serra da Teixeira, sobranceira à sua aldeia, os moradores do Saio depressa concluíram que não lhes bastava a fuga e a segurança, esta proporcionada pelo envolvimento

virgem e desinfectado da serra. Como crentes, ficavam impedidos da missa e de outras orações na paroquial de Santa Marinha, deixada lá em baixo. E, se mesmo antes da peste tinham procurado sempre a graça de Deus, da sua Mãe e todos os Santos, agora, mais do que nunca, com este apocalipse a amontoar mortos no adro da sua paroquial, ficavam, ainda mais dependentes, da sua fé na Virgem Maria. Só Ela, segundo a herança católica, recebida de pais e avós, podia livrá-los da peste. Ou seja, esta dependência tão forte, durante a Idade Média, da Santa Madre Igreja obrigava-os a erguer uma capelinha em devoção da Mãe de Deus. Da Boa Mãe, que não deixaria de ajudar os seus filhos, submergidos, de repente, num apocalipse tão devastador.

Sabemos hoje que nem a fuga, nem a fé, nem as preces os salvaram. Quando a peste se extinguiu, ninguém regressou do refúgio da Senhora da Teixeira ao Saio - a paróquia que ficou e continua erma.

Podemos propor uma explicação para este final tão trágico. Assim, enquanto os fugitivos de Rebordãos, no cume da Serra da Nogueira, e os de Genisio, em pleno Serro do Naso, ficaram efectivamente isolados dos centros difusores da peste, os refugiados do Saio, na Senhora da Teixeira, estabelecendo a sua base muito próxima, a menos de 200 metros, de uma via com grande tráfego - o caminho do Peredo e da barca do Douro - não conseguiram quebrar a cadeia com a geografia multiplicadora da peste, nomeadamente com o poderosíssimo foco pandémico da sua aldeia de origem - transformada pelo alcaide no lugar mais letal do concelho - que os obrigou a fugir.

Epilogamos este estudo, fazendo nossas as palavras de um investigador célebre: *os cientistas não criam dogmas inamovíveis - nem os impõem a ninguém. Questionar as explicações, todas elas, é a essência da ciência, neste caso da história* (Arsuaga, 2021, 59).

Preiteamos aqui a Dr^a Maria João Moita, do Arquivo Municipal da Torre de Moncorvo, Sector de Arquivo, Arqueologia e História. Sempre afável e disponível, franqueou-nos o acesso a alguns pergaminhos medievais do concelho, através do correio electrónico. Muito Obrigado.

Samil, Verão de 2022

Fontes

Fontes manuscritas: *LIVROS antigos das matrizes prediais rústicas da freguesia da Açoreira*. Repartição de Finanças da Torre de Moncorvo.

Fontes impressas: *CARTAS MILITARES números 118 e 130*, Serviços Cartográficos do Exército, 1944 e 1991.

Bibliografia

ALVES, Francisco Manuel (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Câmara Municipal de Bragança et alii.

ARSUAGA, Juan Luís (2021) - *Vida, a grande história*, Temas e Debates, Lisboa.

BAPTISTA, Maria Isabel Alves (1991) - *Peredo dos Castelhanos - Subsídios para a sua história*, Brigantia, vol. XI, nº 34, Bragança.

BARROS, João de (1919) - *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Tipografia Progresso, Porto.

CAETANO, Joaquim Inácio (2021) - *Pintura Mural: A Raia Transmontana no século XVI*, DR Cultura a Norte, Porto.

CAPELA, José Viriato et alii (2007) - *As freguesias do Distrito de Bragança nas Mem. Paroquiais de 1758*, Braga.

CARDOSO, Jorge (1652) *Agiolégio Lusitano*, tomo I, Lisboa

CARQUEJA, Maria da Assunção (1955) - *Subsídios para uma monografia da vila da Torre de Moncorvo*, Coimbra.

COSTA, Padre Carvalho da (1706) - *Corografia Portuguesa* - Lisboa, 1706.

DI GIROLANO, Cátia (2014) - *Idade Média*, vol. III, organização de Humberto Eco, Dom Quixote, Lisboa.

FERNANDES, Hirondino da Paixão (1996) - *Bibliografia do Distrito de Bragança, Documentos (textos) publicados 569 - 1870*, tomo I.

FONSECA, Luís Adão et alii (2019) - *Bragança na Idade Média*, in BRAGANÇA. Das origens à Revolução Liberal de 1820. Coordenação de Fernando de Sousa.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1919) - "Os cadernos de assentamentos", in *Archivo Histórico Português*, Lisboa, vol. X.

LE GOFF, Jacques (1984) - *Memória-História*, vol. 1, in Enciclopédia Einaudi, INCM, Lisboa.

LE GOFF, Jacques (1994) - *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. II, Editorial Estampa, Lisboa.

HEERS, Jacques (1976) - *História Universal - O Mundo Medieval*, Círculo de Leitores, Lisboa.

LEMOS, Francisco Sande (1993) - *O Povoamento Romano de Trás - os - Montes Oriental*, Universidade do Minho, Braga.

MARQUES, José (1988) - *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Doutoramento em História da Idade Média, Universidade do Porto, INCM, Lisboa.

MORENO, Henrique Baquero (1988) - *Os itinerários de el-rei D. João I (1384-1433)*, Lisboa.

MOTA, Salvador Magalhães (2006) - *Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na época do Antigo Regime*, vol. I, INCM, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando (1991) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Editora, Lisboa.

RODRIGUES, Tereza Ferreira (1993) - *As estruturas populacionais* in História de Portugal, vol. III, Direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Lisboa.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de (1716) - *Santuário Mariano*, Lisboa.

SCHMIDT, Joel (2005) - *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições 70, Lisboa.

SOUSA, Armindo (1993) - *Condicionamentos Básicos in História de Portugal*, vol. II, Direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Lisboa.

TABORDA, Vergílio (1987) - *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*, Livros Horizonte, Lisboa.

VAZ, Ernesto Albino (2018) - *A origem da aldeia da novena da Senhora da Serra - Os moradores da vila de Rebordãos fugiram à peste negra de 1362, refugiando-se na Serra da Nogueira*, Academia. edu.

VAZ, Ernesto Albino (2021), "O SEGREDO" da Senhora do Naso, *Miranda do Douro. De quem eram os ossos do pavimento da Capela, nos finais do século XVII?* Academia edu.

VAZ, Ernesto Albino (2008), A morfologia da cidade - a evolução urbana de Miranda do Douro, no espaço e no tempo, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Ao lado: Grande plano de alguns dos eleitos do Juízo Final. Extracto da Abóbada da galilé. Os eleitos do Juízo Final. Bispos e monges de várias ordens: dominicanos, cistercienses e franciscanos (Caetano, 2021, 112). Ver fotografia da página de entrada deste artigo.

